

Autorização de Exploração - Corte de Árvore Isolada

Número da Autorização	Registro Sinaflor	Área autorizada	Validade
2041.4.2024.48105	24124210	Não se aplica	21/08/2024 a 21/08/2025
Detentor da autorização		Autorização vinculada	CPF/CNPJ do Detentor
MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA		Não se aplica	76.995.455/0001-56
Município de referência		Coordenadas de referência	
CORONEL VIVIDA / PR		-26,002054818 -52,563083809	
Outros municípios associados			
Não se aplica.			

Dados dos imóveis rurais

Não se aplica.

Volumetria autorizada

Produto	Indivíduos	Volume por Ha	Volume total	Unidade
Lenha(m³)	Não se aplica	Não se aplica	14,0201	m³
Tora(m³)	Não se aplica	Não se aplica	32,3794	m³

Detalhamento da volumetria autorizada

Tora(m³)	
Tora(m³) / Solanum mauritianum / Fumo-bravo / ,2023 m³	Tora(m³) / Ficus guaranitica / Figueira / ,1168 m³
Tora(m³) / Lonchocarpus muehlbergianus / Rabo-de-bugio / ,1696 m³	Tora(m³) / Ocotea puberula / Canela-guaicá / 7,4764 m³
Tora(m³) / Jacaranda micrantha / Caroba / ,3037 m³	Tora(m³) / Peltophorum dubium / Canafístula / ,3568 m³
Tora(m³) / Luehea divaricata / Açoita-cavalo / 5,7841 m³	Tora(m³) / Cedrela fissilis / Cedro / ,4713 m³
Tora(m³) / Myrciaria trunciflora / Não cadastrado / ,4713 m³	Tora(m³) / Phytolacca dioica / Umbuzeiro / 8,1140 m³
Tora(m³) / Bauhinia forficata / Pata-de-vaca / ,1473 m³	Tora(m³) / Schinus molle / Aroeira-salsa / ,8476 m³
Tora(m³) / Senna macranthera / Aleluia / ,1511 m³	Tora(m³) / Araucaria angustifolia / Pinheiro / 5,8818 m³
Tora(m³) / Jacaratia spinosa / Jaracatiá / ,0884 m³	Tora(m³) / Tabebuia avellanedae / Ipê-roxo / ,2856 m³
Tora(m³) / Patagonula americana / Guajuvira / ,2625 m³	Tora(m³) / Schinus terebinthifolius / Aroeira-vermelha / ,1443 m³
Tora(m³) / Anadenanthera peregrina / Angico-branco / ,1696 m³	Tora(m³) / Drimys winteri / Pau-paratudo / ,4524 m³
Tora(m³) / Rollinia silvatica / Araticum / ,4825 m³	
Produtos sem indicação de espécie	
Lenha(m³) / 14,0201 m³	

Condicionantes

Gerais

- 1.01
-
- Validade de 12 meses.
-
- DEVERÁ
- ser mantida uma via desta Autorização no local.
- O
- interessado autorizado será o responsável pela adoção de medidas e cuidados necessários à prevenção e reparação de danos ao meio ambiente.
- O
- não cumprimento da legislação vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/08.

- O transporte ou armazenamento de madeira nativa DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE ser acompanhado de DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL (DOF), desde a matéria prima até o beneficiamento final, § 1º do art. 36 da Lei Federal nº 12.651/2012.
- O descumprimento das condicionantes, exigências e restrições descritas acarretará cancelamento desta Autorização e implicará a aplicação das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental.
- Esta autorização não atesta propriedade e/ou direito de acesso às áreas atingidas pelo requerente.
- Antes do corte das árvores DEVERÁ ser realizada varredura e, quando observados animais silvestres, colmeias, ninhos ativos ou inativos, a equipe de resgate deverá ser comunicada imediatamente.
- Quando for identificado a presença de ninho ativo e/ou inativo nas árvores eles deverão ser avaliados quanto a presença de ovos ou filhotes. Quando o ninho estiver ocupado, a árvore DEVERÁ ser sinalizada e o corte dela somente poderá ocorrer após a saída naturalmente dos animais.

Específica

2.01

- Interessado autorizado: Município de Coronel Vivida; CNPJ: 76.995.455.0001-56.
- Propriedade: Implantação da 2ª Etapa das Marginais nos trechos 1 e 2 no lado esquerdo da BR-373 e trecho 1 do lado esquerdo na BR-158.
- Autorizado o corte de 118 indivíduos arbóreos com um volume total de 46,3995 m³, sendo 14,0201 m³ de lenha e 32,3794 m³ de tora
Z coordenadas UTM 22J 343793.00 m E / 7123406.00 m S.
- NÃO PODERÃO ser implantadas obras de infraestrutura, edificações ou armazenamento de material lenhoso em Áreas de Preservação Permanente ou Remanescentes Florestais nativos, sem o devido licenciamento ambiental.
- Conforme previsto na Resolução IBAMA/SEMA/IAP nº 007/2008, DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE

ser realizada a compensação florestal na proporção 1:10 árvores nativas (para cada UM indivíduo autorizado de corte: plantio de no mínimo DEZ mudas de mesma espécie) sendo o requerente o responsável por adotar todos os tratos culturais necessários para o bom desenvolvimento das mudas.

-

Por se tratar de imóvel urbano, a compensação poderá ser feita mediante plantio direto ou destinação de mudas de boa qualidade para reflorestamento de área de captação de água, áreas desprotegidas com elevada função ecológica e de interesse de proteção ambiental ou, ainda, destinadas a arborização urbana do município.

-

Realizar o plantio ou doação de 20 indivíduos na razão de dez para um (10x1), sendo dez mudas de indivíduos de espécie nativa compatível com a finalidade de plantio para cada uma árvore cortada.

-

DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE apresentar ao órgão ambiental via e-Protocolo a comprovação do plantio de compensação em ATÉ 90 DIAS a contar da emissão desta autorização, mediante relatório, contendo no mínimo, uma foto de cada indivíduo plantado com a respectiva coordenada geográfica assim como fotos e descrição da área, polígono de plantio e tratos culturais de manutenção, perdurando a cada ano até que estas estejam firmadas no solo e apresentem boas condições de desenvolvimento;

- O

requerente poderá sofrer sanções administrativas de acordo com o Artigo nº 83 do Decreto Federal nº 6.514/08, por deixar de cumprir compensação ambiental exigida pelo Órgão ambiental competente.

- A

supressão da vegetação **DEVERÁ** ocorrer de forma controlada, direcionando o deslocamento e afugentamento da fauna presente para áreas seguras garantindo a fuga espontânea dos animais, reduzindo assim, eventuais ocorrências e necessidade de resgates e manipulação de espécimes.

-

Quando necessário realizar resgate de fauna, o mesmo **DEVERÁ** ser feito por profissional habilitado e qualificado.

-

Para o uso de Motosserra, a mesma **DEVE** estar devidamente licenciada, portando Licença para Porte e Uso de Motosserra (LPU).

- Na

execução da autorização florestal, **DEVE** ser dada a correta e imediata destinação da matéria prima florestal, tanto a comercial quanto àquela que não possui valor econômico.

-

Fica terminantemente VEDADO

o uso de fogo para quaisquer fins, em caso de descumprimento implicará aplicação das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental vigente.

- É

PROIBIDO

o corte de outras árvores fora das que foram autorizadas.

-

Esta autorização ambiental não desobriga a obtenção de outras porventura exigidas por outros órgãos.

- A

constatação, em qualquer tempo de ocorrência de danos ambientais durante a substituição de vegetação, implicará IMEDIATA

INTERDIÇÃO

do corte da vegetação e EMBARGO

DAS ATIVIDADES

na área, ficando os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, sujeitos às sanções penais e administrativas previstas na legislação

ambiental independentemente da obrigação de reparos aos danos causados;

-

O IAT, mediante decisão motivada, PODERÁ MODIFICAR AS CONDICIONANTES E AS MEDIDAS DE CONTROLE E ADEQUAÇÃO, SUSPENDER OU CANCELAR LICENÇA/AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL EXPEDIDA, quando ocorrer:

I

- VIOLAÇÃO OU INADEQUAÇÃO de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II

- OMISSÃO OU FALSA DESCRIÇÃO de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença ou da autorização;

III

- SUPERVENIÊNCIA de graves riscos ambientais e de saúde.

Histórico

Ação	Data do Protocolo
Autorização Emitida	21/08/2024 - 12:17:01



Documento assinado eletronicamente por Jose Wilson Carvalho, Gerente Autorizador - Escritório Regional do IAP de Pato Branco, em 21 de agosto de 2024, com fundamento no art. 6º, § 1º do Decreto nº 8.539 de 8 de Outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
<https://sinaflor2.ibama.gov.br/sinaflor2autorizacao/qrcode/20414202448105>